

# O preço da cor: diferenciais raciais na distribuição da renda no Brasil

## – comentário

CLÁUDIO DE MOURA CASTRO \*

### O preço dos mitos e o preço das variáveis omitidas na análise das diferenças raciais

Há uma premissa básica no trabalho de Nelson do Valle Silva:<sup>1</sup> a idéia de que uma democracia racial tem certas dimensões tangíveis e quantificáveis; não basta proclamar que todos são iguais, é preciso consultar os dados e verificar se a democracia de fato existe. Se tudo não passa de um mito, é preciso saber em tempo e passar a usar nossas energias para transformar a realidade.

Entendemos que essa é a mensagem mais importante do trabalho, e com ela enfaticamente concordamos.

Não obstante, temos reservas quanto à validade da tentativa do autor em demonstrar a existência inequívoca de diferenciais de renda entre não-brancos e brancos. Não se trata aqui de divergências doutrinárias ou de posturas teóricas. A validade de uma proposição científica é contingente ao método de demonstrá-la. Se há falhas de procedimentos, ao detetarmos a sua presença enfraquecemos ou comprometemos o crédito que se pode dar às conclusões. Tentaremos adiante indicar a razão por que parece frágil a análise.

O autor usa o Censo de 1960 para demonstrar que há diferenças importantes de renda entre brancos e não-brancos e que não as

\* Da CAPES/MEC.

<sup>1</sup> Ver Nelson do Valle Silva, "O Preço da Cor: Diferenciais Raciais na Distribuição da Renda no Brasil", in *Pesquisa e Planejamento Económico*, vol. 10, n.º 1 (abril de 1980), pp. 21-44.

há significativas entre mulatos e negros. A análise é feita em termos da teoria do capital humano.

Não é particularmente feliz a presença de formulações muito ortodoxas da chamada teoria do capital humano. As proposições que se busca demonstrar ficariam até mais claras com o uso de modelos menos formidáveis. O princípio da Navalha de Occam ensina a abandonar esquemas mais complicados quando outros mais simples dão conta igualmente bem da tarefa.

Na verdade, estamos falando de descrever perfis de rendimento ao longo da carreira profissional de indivíduos com diferentes níveis de educação e, no caso, também de raças diferentes. Ora, é muito modesto o estoque de teoria do capital humano necessário para descrever situações do tipo tratado no artigo. Como pouco se afirma, pouco pode ser negado.

O capital físico é um bem econômico produzido que, ao invés de ser diretamente consumido, é utilizado para tornar mais eficiente o processo produtivo. Gastos em educação têm também como consequência esperada tornar mais produtiva a mão-de-obra; daí a idéia de tratar a educação como “capital humano”. Como a educação tem um custo e uma expectativa de retorno, é possível descrever o processo de aquisição de educação e seu uso no mercado de trabalho utilizando o instrumental analítico da teoria do capital. Uma das primeiras tentativas nessa direção foi feita na Rússia Soviética por Strumilin.<sup>2</sup> A existência de diferenciais de renda a favor dos que têm mais escolaridade torna a educação desejável — o que, de resto, não é uma observação muito original ou surpreendente. Mais do que isso não precisamos para usar essa versão branda da teoria do capital humano.

Não obstante, o autor prefere adotar o catecismo de Becker e Mincer, datado da década de 60 e alvo de pesadas salvas de artilharia na década subsequente.<sup>3</sup> No caso, há outras razões para tratar

<sup>2</sup> Strumilin, “Problems of Labor Economics”, citado por V. E. Komarov, “The Significance of Education”, in *Readings in the Economics of Education*, compilado por Mr. Jean Bowman et alii (Paris: UNESCO, 1971).

<sup>3</sup> G. Becker, *Human Capital* (Nova York: National Bureau of Economic Research, 1964), e J. Mincer, “On the Job Training: Costs Returns and Some Implications”, in *Journal of Political Economy* (outubro de 1962).

com mais cuidado algo com contornos tão polêmicos e mal definidos quanto a teoria do capital humano. Tal versão pressupõe um comportamento humano racional, onde as decisões são frutos de uma busca de otimização dos níveis de investimento em educação. Em outras palavras, imputa-se ao comportamento motivação otimizante e pressupõe-se a existência de área de manobra onde se permitem alternativas legítimas de comportamento. Ora, grande parte dos determinantes do montante de educação que se vai obter depende menos de uma decisão desse tipo do que de circunstâncias outras. Por exemplo, 98% dos concluintes do ensino médio “decidem” entrar para a universidade; somente a metade o consegue. São outros os fatores determinantes.

Por estas razões — e outras que não cabe aqui explicar — preferimos conduzir o raciocínio a um nível mais simples. Se dois grupos racialmente distintos têm o mesmo nível de escolaridade e seus rendimentos, em momentos comparáveis de suas carreiras, não são equivalentes, é cabível suspeitar que essas diferenças possam ser atribuídas a diferenças de etnia. As conclusões do autor baseiam-se justamente no fato de que encontra diferenças significativas entre brancos e não-brancos.

A dificuldade está no fato de que, para dar credibilidade a essa associação, seria necessário demonstrar que as variações de renda se devem realmente à raça e não a outros fatores covariantes. Em outras palavras, é necessário controlar as variações de outros fatores.

Esta não é apenas uma indicação de livro-texto, uma crítica acadêmica. É possível imaginar um conjunto de circunstâncias que, se fossem verdadeiras, invalidariam as conclusões do autor.

Imaginemos que dentro de grupos racialmente homogêneos a capacidade de beneficiar-se do ensino oferecido nas escolas tenha a ver com as condições do meio ambiente e, em particular, com a família, suas circunstâncias, nível sócio-econômico e educação. Imaginemos que, como conseqüência, nos níveis sociais mais baixos sejam menores as probabilidades de permanecer no sistema escolar. Mas os efeitos da família podem não se exaurir aí. Dentro de coortes com o mesmo nível de escolaridade, os níveis de rendimento obtidos podem ser mais elevados quanto mais alto o *status* ou a educação dos pais. Em outras palavras, rendimentos e *status* sócio-econômico

da família poderiam ser associados, de maneira clara e inequívoca, dentro de grupos com a mesma escolaridade.

O círculo se fecha quando nos lembramos que, sendo escravos apenas até algumas gerações, os negros poderiam ter pais em níveis sociais em média mais baixos do que os brancos, isto é, haveria forte associação entre raça e *status* sócio-econômico.

Se assim for, a hipótese do autor colide e é negada pela hipótese igualmente razoável de que as diferenças de rendimentos se explicam não pela raça, mas pelo nível sócio-econômico inferior de negros e mulatos.

Resta saber se esta cadeia de hipóteses é verdadeira. A quem cabe a tarefa de demonstrá-lo? O peso da tradição metodológica não deixa dúvidas. Para demonstrar que *y* resulta de *x* cumpre não apenas apresentar a associação entre as duas variáveis, mas também mostrar que as variações de *y* não podem ser devidas a outras variáveis que covariem com *x* e *y*. Esta segunda etapa é parte necessária do processo de verificação da hipótese.

Não dispondo dessas informações, o autor se vê impossibilitado de satisfazer a essa exigência imperativa.

Há, de resto, indicações de que a evidência disponível é consistente com as hipóteses que formulamos, enfraquecendo, portanto, a afirmativa central do autor. Alguns elos dessa cadeia estão hoje amplamente demonstrados, outros nem tanto, sendo a evidência causal indireta ou inadequada. Porém, repetindo, demonstrar a inexistência dessa associação é parte indissolúvel da tarefa do autor.

Passemos em revista alguns resultados:

a) A associação entre *status* sócio-econômico e desempenho escolar dispensa qualquer verificação adicional. Aqueles cujos pais têm nível social mais baixo apresentam desempenho inferior em provas de rendimento acadêmico e abandonam mais cedo a escola.<sup>4</sup> Isto é verdade mesmo em grupos onde não há qualquer diferenciação racial.

<sup>4</sup> C. de Moura Castro *et alii*, *Custos e Determinantes da Educação: O Caso de Brasília* (Brasília: Secretaria de Educação, 1978), pp. 56-67. Ver também as publicações anuais do CESGRANRIO em que o *status* ocupacional dos alunos e os seus escores no vestibular são apresentados.

b) Algumas pesquisas têm demonstrado que para um mesmo nível de escolaridade formal os níveis de renda variam significativamente com o nível sócio-econômico dos pais.<sup>5</sup> É possível que a influência familiar resulte de interferência no mercado de trabalho por parte das famílias. Isto, contudo, não parece ser uma hipótese particularmente convincente em vista das indicações acerca da forma pela qual os empregos são obtidos. *De fato*, aqueles que recorrem à família ou a amigos têm em média rendas inferiores; são as formas mais competitivas de obtenção de emprego (testes, etc.) que levam a rendas maiores.<sup>6</sup> Parece ser mais provável que a combinação da qualidade do ensino formal com a formação recebida em casa gere pessoas diferentemente preparadas para o desempenho profissional. O formato dos perfis de renda-experiência sugere mesmo que nos momentos iniciais é pequena a diferença entre grupos de mesma escolaridade. Com o passar do tempo é que sobressaem, distanciando-se dos demais, aqueles de mais alta origem social.

c) A associação entre raça e nível sócio-econômico tem sido tratada de forma pouco rigorosa, mas mesmo a observação casual não deixa dúvidas de que a distância inicial entre brancos e negros ao tempo da Abolição está longe de ser vencida. Se em média os negros têm mais baixo *status*, é de se esperar que em uma coorte educacional isso também seja verdade.

Em suma, é possível que, se incluídas na regressão, as variáveis de *status* captassem toda a variância de renda que o autor imputa à raça. Não conhecemos nenhum estudo em que isso tenha sido feito no Brasil. Contudo, é ilustrativo examinar dois exercícios semelhantes, realizados tomando maturidade intelectual e rendimento em testes acadêmicos, respectivamente, como variáveis dependentes. Em um caso, as fortes diferenças de nível de maturidade intelectual observadas são drasticamente reduzidas quando examinamos grupos de mesmo nível sócio-econômico. É de se notar que os indicadores usados captam imperfeitamente essas diferenças de meio social.<sup>7</sup>

<sup>5</sup> C. de Moura Castro, *Investimento em Educação no Brasil: Um Estudo Sócio-Econômico de Duas Comunidades Industriais*, Série Monográfica (Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973), n.º 12, Cap. VIII.

<sup>6</sup> *Ibid.*

<sup>7</sup> *Ibid.*

No outro exemplo, a variável raça deixa de ser significativa quando uma variável de *status* é introduzida em uma regressão que explica escores em provas de compreensão de leitura e ciência.<sup>8</sup>

É bastante sugestiva a hipótese de que pelo menos grande parte dos diferenciais de renda encontrados pelo autor seria eliminada se fossem introduzidas na regressão variáveis que captassem diferenças individuais ligadas ao ambiente familiar e a diferenças na qualidade do processo escolar. Os diferenciais de renda que o autor sugere tratar-se de “discriminação” encontrariam outra explicação. O mercado remunera diferentemente pessoas com níveis de escolaridade diferentes, ao mesmo tempo que capta também diferenças na qualidade do processo educativo não medidas pela mera contagem de anos de permanência na escola.

A ser verdadeira nossa explicação alternativa — o que tampouco conseguimos demonstrar — as implicações de política são fundamentalmente diferentes. A fonte das disparidades não estaria em um mercado de trabalho que condicionaria à raça a ocupação e a renda, mas sim na incapacidade de o sistema educacional neutralizar as diferenças sociais das famílias dos alunos.

<sup>8</sup> C. de Moura Castro *et alii*, *Custos e Determinantes...*, *op. cit.*, pp. 79-84.